

Rhodia Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 57.507.626/0001-06

Balancos Patrimoniais – 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Milhares de Reais – R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.009.360	377.937	1.012.325	383.409
Contas a receber	6	549.750	785.579	554.482	789.026
Estoques	7	726.652	749.688	729.922	751.067
Partes relacionadas	8	-	7.244	-	-
Adiantamentos a fornecedores		18.524	11.502	18.589	11.583
Tributos a recuperar	9	357.243	426.660	360.048	428.608
Instrumentos financeiros	4.2.a.iii	18.499	5.811	18.499	5.811
Outros ativos	10	10.015	10.575	10.076	10.644
Total do ativo circulante		2.690.043	2.374.996	2.703.941	2.380.148
Não circulante					
Tributos a recuperar	9	-	289.268	-	289.268
Imposto de renda e contribuição social diferido	24.b	241.681	163.915	241.674	163.918
Depósitos judiciais	17	19.740	34.893	20.174	35.327
Outros ativos	10	23.294	22.500	23.294	22.500
Investimentos	11.b	8.190	354	84	95
Imobilizado	12	876.915	795.850	877.816	796.561
Intangível	13	115.331	113.840	115.396	113.910
Direito de uso	14.a	19.734	14.063	19.734	14.063
Total do ativo não circulante		1.304.885	1.434.683	1.298.172	1.435.642
Total do ativo		3.994.928	3.809.679	4.002.113	3.815.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados – Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita líquida de vendas e serviços	20	6.447.796	5.716.221	6.479.994
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	21	(5.009.955)	(4.306.001)	(5.033.428)
Lucro bruto		1.437.841	1.410.220	1.446.566
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas	21	(64.200)	(64.372)	(66.729)
Gerais e administrativas	21	(534.591)	(445.378)	(538.129)
Equivalência patrimonial	11.b	1.732	692	(11)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	92.078	528.891	92.059
Lucro operacional antes do resultado financeiro		932.860	1.430.053	933.756
Receitas (despesas) financeiras	23	(133.682)	(66.186)	(133.992)
Despesas financeiras	23	156.765	241.632	156.984
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		955.943	1.605.499	956.748
Imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social correntes	24.a	(353.032)	(312.983)	(353.701)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.a	88.622	(165.961)	88.486
Lucro líquido do exercício		691.533	1.126.555	691.533
Lucro atribuível a:				
Ações no final do exercício (em milhares)		1.778.003	1.778.003	1.778.003
Lucro líquido por ação do capital social no fim do exercício		0,39	0,63	0,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em Milhares de Reais – R\$)

Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.090.761	(23.234)	55.655	-	25.753	1.148.935
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.126.555	1.126.555
Reserva de incentivos fiscais	-	-	23.430	-	(23.430)	-
Juros sobre capital próprio	19	-	-	-	(51.279)	(51.279)
Dividendos	19	-	-	-	(420.000)	(420.000)
Valor de mercado de ativos financeiros	24.c	832	-	-	832	832
Ajuste avaliação patrimonial previdência privada	24.c	87.098	-	-	87.098	87.098
Ajuste variação cambial patrimônio líquido da ZAMIN	11.b	344	-	-	344	344
Ajuste variação cambial patrimônio líquido da ALAVER	11.b	26	-	-	26	26
Ajuste variação cambial patrimônio líquido da SOLVAY PEROXIDES	11.b	(199)	-	-	(199)	(199)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.090.761	64.867	79.085	-	657.599	1.892.312
Constituição da reserva legal 2021 a 2021	-	-	-	85.118	-	85.118
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	691.533	691.533
Constituição de reserva legal do período	-	-	-	34.577	-	34.577
Reserva de incentivo fiscal	-	-	26.365	-	(26.365)	-
Juros sobre capital próprio	19	-	-	-	(105.737)	(105.737)
Valor de mercado de ativos financeiros	24.c	12.071	-	-	12.071	12.071
Ajuste avaliação patrimonial previdência privada	24.c	9.004	-	-	9.004	9.004
Ajuste variação cambial patrimônio líquido da ZAMIN	11.b	(13)	-	-	(13)	(13)
Ajuste variação cambial patrimônio líquido da ALAVER	11.b	(21)	-	-	(21)	(21)
Ajuste variação cambial patrimônio líquido da SOLVAY PEROXIDES	11.b	(206)	-	-	(206)	(206)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.090.761	85.702	105.450	119.695	1.097.335	2.498.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando especificamente indicado)

1. Contexto operacional – A Rhodia Brasil S.A. ("Rhodia Brasil" ou "Sociedade") com sede na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, bloco B, 1º andar, em São Paulo-SP, tem como objeto social a indústria, o comércio, a importação e a exportação de resinas; substâncias para conservar produtos alimentícios; produtos químicos; fertilizantes; celulose e cortiça; matérias tintórias e preservativos contra oxidação e deterioração; produtos e instrumentos de limpeza e higiene doméstica, humana e veterinária; produtos de perfumaria; graxas, óleos, lubrificantes, combustíveis em geral; medicamentos de uso humano e veterinário; produtos para tratamento odontológico, substâncias destinadas à defesa e à proteção da saúde; materiais para construção e pavimentação; fios e fibras sintéticas e artificiais e de materiais têxteis fibrosos em geral; a distribuição de produtos nacionais ou importados; a construção e operação de obras de prevenção e recuperação do meio ambiente e a participação em quaisquer sociedades, como sócia ou acionista. Na data de 30 de abril de 2020 por intermédio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária os acionistas da Sociedade aprovaram a incorporação da empresa Rhodia Poliamida e Especialidades S.A. ("Rhodia Poliamida") aprovando o aumento de capital social em R\$881.163 ficando um capital social de R\$1.090.761. Ambas as empresas estão sob o controle comum do Grupo Solvay. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Sociedade em 30 de maio de 2023.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, vigentes para 31 de dezembro de 2022. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

2.2. Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pela Sociedade ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Sociedade: • Tem poder sobre a investida. • Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição conforme aplicável. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e abrangem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas demonstradas no quadro a seguir:

Percentual de participação

Descrição	Percentual de participação	
	2022	2021
Alaver S.A.	100,00%	100,00%
Zamin Company S.A.	100,00%	100,00%
Solvay Peroxides America Central S.A.	99,99%	99,99%
Rhodia Poliamida Brasil S.A.	100,00%	100,00%
Química e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A.	99,99%	99,99%

Durante o exercício de 2021 houve a constituição da empresa Química e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A. com um aporte de capital de R\$1 pela controladora conforme demonstrado em nota explicativa nº 11. As demonstrações financeiras das empresas controladas foram elaboradas com base em práticas contábeis uniformes às adotadas pela controladora e foram encerradas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Na consolidação das demonstrações financeiras, foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido das controladas, bem como saldos ativos e passivos, receitas, custos e despesas e resultados não realizados decorrentes de transações efetuadas entre estas.

2.3. Conversão de moeda estrangeira: A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda de apresentação. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5. Ativos financeiros: 2.5.1. Classificação: A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ativos financeiros ao custo amortizado" e "Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes". A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. a) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. b) **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado devem ser mensurados se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. c) **Ativos financeiros ao**

valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes devem ser mensurados se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. 2.5.2. Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas de ativos financeiros são, normalmente, reconhecidas na data da negociação – data na qual a Sociedade e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros ao custo amortizado são, subsequentemente, contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda ("impairment"), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". A Sociedade e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda ("impairment") em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. 2.6. **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge"** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o derivativo ser designado ou não como um instrumento de "hedge" nos casos de adoção da contabilidade de "hedge" ("hedge accounting"). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por "hedge". A Sociedade adota a contabilidade de "hedge" ("hedge accounting") e designa certos derivativos como: • "Hedge" de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável ("hedge" de fluxo de caixa). A Sociedade documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de "hedge" e os itens protegidos por "hedge", assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de "hedge". A Sociedade também documenta sua avaliação, tanto no início do "hedge" como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de "hedge" são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por "hedge". a) "Hedge" de fluxo de caixa: A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como "hedge" de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou a perda relacionada com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de "hedge" afeta o resultado, na mesma conta da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Quando um instrumento de "hedge" prescreve ou é vendido, ou quando um "hedge" não atende mais aos critérios de contabilização de "hedge", todo ganho ou toda perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido quando a operação prevista é finalmente reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Resultado financeiro". 2.7. **Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Sociedade e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para perda de crédito esperada ("PPCE" ou "impairment"). A provisão para perda de crédito esperada é apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas estimadas na realização das contas a receber decorrentes de títulos a receber, considerando os riscos envolvidos. 2.8. **Tributos a recuperar:** Composto pelos créditos fiscais gerados nas operações mercantis da Sociedade. A recuperação vem sendo realizada no curso normal de suas atividades. Os créditos fiscais de ICMS oriundos da aquisição de ativo imobilizado são avaliados pelo seu valor presente. O valor presente é calculado com base na taxa que inflaciona o objeto de compensação dos créditos. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 acompanha a remuneração do CDI. 2.9. **Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado, basicamente, da seguinte forma: • Matérias-primas – ao custo médio ponderado de aquisição. • Produtos acabados e em elaboração – estes estoques estão valorizados ao custo real de produção, sendo que nestes custos estão incluídos os custos de matérias-primas, de mão de obra direta e os direitos e indiretos de fabricação (com base na capacidade operacional normal), excluindo os de empréstimos. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. Os produtos obsoletos ou de movimentação lenta estão reduzidos ao valor de realização. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, líquido dos impostos incidentes, no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. 2.10. **Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Sociedade e suas controladas questionam a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Sociedade e suas controladas, esses depósitos são atualizados monetariamente e consti-

tuída a provisão de perda correspondente no passivo (vide nota explicativa nº 17), quando requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.11. **Conversão de moeda estrangeira:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em reais (R\$), que é a sua moeda funcional e de apresentação. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/07/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do www.datamercantil.com.br/publicidade_legal ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. 2.12. Investimentos: Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial e reconhecido no resultado do exercício nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade, de acordo com a legislação brasileira vigente. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Sociedade e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Sociedade; perdas não realizadas também são eliminadas e menos que a transação forneça evidências de perda permanente no ativo transferido. No caso de variação cambial de investimento em controladas no exterior, as variações no valor do investimento decorrente exclusivamente de variação cambial são registradas no "Resultado financeiro". Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Sociedade. Quando a participação da Sociedade nas perdas acumuladas das controladas e coligadas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Sociedade reconhece perdas adicionais, na rubrica "Outros passivos", em função de ter assumido obrigações ou feitos pagamentos em nome dessas sociedades. 2.13. Imobilizado: Está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 12. Quando o valor contábil de um ativo é maior do que o valor recuperável estimado, ele é imediatamente reduzido ao valor recuperável. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Table with 2 columns: Anos de vida útil estimada em anos, and values for Edificações e benfeitorias (20), Máquinas, equipamentos e instalações (10 a 14), Veículos (4), Móveis, utensílios e equipamentos de escritório (13).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. 2.14. Ativos intangíveis: a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente: Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. b) Ativos intangíveis gerados internamente - gastos com pesquisa e desenvolvimento: Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos em projetos de desenvolvimento (relacionados com o projeto e os testes dos produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativo intangível quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade. Para tanto, considera-se a sua viabilidade técnica e comercial, o fato de que a Administração tem a intenção de completar o projeto e dispõe dos recursos técnicos e financeiros para fazê-lo, existe a capacidade de utilizar ou vender o ativo gerando prováveis benefícios econômicos, e se seus custos podem ser estimados de forma confiável. Outros gastos com desenvolvimento são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos com desenvolvimento reconhecidos inicialmente como despesas no resultado não são reconhecidos como parte do custo de um ativo intangível em data subsequente. Os custos de desenvolvimento reconhecidos como ativos são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear, durante o período esperado para a geração dos benefícios. c) Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios: Nas demonstrações financeiras, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. d) Baixa de ativos intangíveis: Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. 2.15. Perda estimada no valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"): Todo final de período a Sociedade avalia se existem evidências objetivas de que os ativos não financeiros estejam desvalorizados, levando em conta fatores internos e externos. Caso existam evidências, o teste de recuperabilidade econômica é realizado de acordo com o CPC 01. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e, como também os não disponíveis para uso, são testados anualmente, sempre na mesma data, independentemente da existência de evidências. Para os outros ativos é avaliada a existência de indicadores que o valor esteja desvalorizado, caso positivo, o teste é realizado. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Nas situações nas quais o valor recuperável se mostrar inferior ao contábil é reconhecida uma perda com contrapartida no resultado do exercício. 2.16. Combinações de negócios: Nas demonstrações financeiras, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Sociedade, dos passivos incorridos pela Sociedade na data de aquisição e por os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Sociedade em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. 2.17. Passivos financeiros: 2.17.1. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Passivos financeiros ao custo amortizado". 2.17.2. Passivos financeiros ao custo amortizado: Os outros passivos financeiros ao custo amortizado (incluindo empréstimos e financiamentos e fornecedores) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e outros valores pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. 2.17.3. Baixa de passivos financeiros: Passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações da Sociedade são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. 2.17.4. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados ao valor líquido e apresentados no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.18. Ativos de direito de uso e arrendamentos: A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de desconto com base nas taxas aplicáveis no mercado brasileiro, ajustadas à realidade da Sociedade. 2.19. Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. 2.20. Provisões: As provisões para riscos e gastos específicos são reconhecidas quando: (a) Existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados. (b) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. (c) Uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando existe um número de obrigações semelhantes, a probabilidade de que seja necessária uma saída de recursos é determinada considerando-se a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação com relação a qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que podem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação com o passar do tempo é reconhecido como despesa financeira. 2.21. Benefícios a funcionários: a) Obrigações de pensão: Para os planos de contribuição definida, a Sociedade paga contribuições a planos de pensão de Administração privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Sociedade não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. O passivo reconhecido pela Sociedade no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de

custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Os ganhos e as perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de pensão, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Sociedade, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O plano de benefício definido está fechado para novos colaboradores desde 2002, que podem participar do plano de contribuição definida. b) Participação nos lucros e bônus: O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Sociedade. c) Plano de saúde: A Sociedade mantém planos de assistência à saúde pós-aposentadoria - Lei nº 9.656/98, Plano de saúde pós-aposentadoria para ex-funcionários, Plano de saúde para pensões, bem como plano de saúde destinado a empregados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos dos planos de saúde pós-aposentados para ex-funcionários, de assistência à saúde pós-aposentadoria e plano de saúde para pensões, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela Sociedade, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado divulgadas na nota explicativa nº 25. 2.22. Reconhecimento da receita: A Sociedade reconhece receitas quando satisfaz a obrigação de transferir o bem ou serviço (ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando o cliente obtém o controle deste ativo. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. a) Vendas de produtos: A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço de transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. As receitas não são reconhecidas se a sua realização for incerta. Mais resumidamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando ocorre a transferência do controle dos produtos para o comprador. b) Vendas de serviços: As vendas de serviços a terceiros compreendem basicamente a venda de serviços compartilhados, tal como serviço de condomínio industrial (segurança, tratamento de efluentes, portaria, administração geral), dentro do complexo fabril situado em Paulínia. As vendas de serviços são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados. c) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva. 2.23. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício: 2.23.1. Imposto de renda e contribuição social corrente: A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. 2.23.2. Imposto de renda e contribuição social diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("imposto diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em "joint ventures", exceto quando a Sociedade for capaz de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. Os impostos diferidos ativos originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando for provável sua reversão em um futuro previsível. O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios. 2.24. Normas e interpretações novas e revisadas: Durante o ano de 2022 foram emitidas as seguintes revisões de Pronunciamentos Contábeis já vigentes anteriormente: (i) CPC 11, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 06 (R2) e CPC 38 - Impacto da adoção inicial da das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2. Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2021. A Sociedade adotou as alterações às normas, no entanto, essa adoção não gerou qualquer alteração nos montantes anteriormente reconhecidos, dada a não relevância das alterações das normas para a Sociedade. Normas e

interpretações novas ainda não emitidas: A lista a seguir traz os pronunciamentos novos e revisados ainda não obrigatórios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022: • CPC 50 - Contratos de Seguros. • CPC 36 (R3) e CPC 18 (R2) (alterações) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture". • Alterações ao CPC 26 (R1) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes. • Alterações ao CPC 15 (R1) - Referência à Estrutura Conceitual. • Alterações ao CPC 27 - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido. • Alterações ao CPC 25 - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato. • Melhorias Anuais ao Ciclo de CPCs 2018-2020 Alterações ao CPC 27 (R1), CPC 43 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 06 (R2) - Arrendamentos, e CPC 29 - Agricultura. • CPC 06 (R2) - Impacto da aplicação inicial da Alteração do CPC 06 (R2) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19. Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 30 de junho de 2021. • Alterações ao CPC 26 (R1) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis. • Alterações ao CPC 23 - Definição de estimativas contábeis. • Alterações ao CPC 32 - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction"). A Administração está avaliando os impactos das normas acima nas demonstrações financeiras da Sociedade, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção. 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas: Com base em premissas, a Sociedade e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. a) Provisão para perda de crédito esperada: A provisão para perda de crédito esperada é constituída com base em análise individual de contas a receber e é mensurada com base nas expectativas de perdas de crédito esperadas, sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos: A Sociedade e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e contribuição social em várias jurisdições. É requerido um grau importante de julgamento para determinar a provisão para tais impostos. A Sociedade e suas controladas reconhecem impostos diferidos em que a aplicação da norma vigente vem sendo impactada pelas distintas diferenças temporárias dos ativos e passivos. Não obstante, existem determinadas transações e cálculos para os quais a determinação do imposto é incerta durante o curso ordinário dos negócios. A Sociedade e suas controladas tem a política de registrar provisões para prováveis contingências fiscais sobre questões nas quais a legislação permite diferentes interpretações, antecipando, com base nas estimativas, o potencial de impostos adicionais. Essas provisões são revisadas à medida que são recebidas as resoluções definitivas das diferentes autoridades fiscais competentes para a inspeção e a arrecadação de tributos, nas quais serão corrigidas, no seu caso, as autuações anteriormente apresentadas. c) Vida útil do ativo imobilizado: A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Sociedade à medida que impacta o valor de despesa de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada e níveis de manutenção e desenvolvimento tecnológicos. d) Benefícios de planos de pensão: O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações de planos de pensão. A Sociedade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Sociedade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 25. e) Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis e passivos ambientais: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação, baseado na avaliação dos assessores jurídicos internos e externos, vide informações adicionais divulgadas na nota explicativa nº 17. As provisões para recuperação ambiental estão apresentadas a valor presente, utilizando-se a taxa de desconto de 9,82% em 31 de dezembro de 2022 (8,68% em 31 de dezembro de 2021). O montante da referida provisão é baseado em premissas relacionadas a incertezas de eventos futuros incluindo a expectativa de decisão favorável pelo órgão regulador competente quanto aos planos de gestão de confinamento de resíduos sólidos, baseado na avaliação dos assessores jurídicos, vide informações adicionais divulgadas na nota explicativa nº 16. 4. Gestão de risco financeiro - 4.1. Instrumentos financeiros: A Sociedade e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e operações de mútuo com empresas ligadas. Adicionalmente, a Sociedade também opera com instrumentos financeiros derivativos de "swap" e futuros de dólar. A Sociedade e suas controladas realizam operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e taxas de juros. A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições revisadas periodicamente. a) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar: Os valores contabilizados aproximam-se de seus valores justos. b) Transações e saldos com partes relacionadas: Sujeitos à taxa de juros pactuadas entre as partes, contratados com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 8. O valor justo refere-se ao valor presente do desembolso futuro de caixa, usando taxas de juros que estão disponíveis à Sociedade para a emissão de débitos com vencimentos e termos similares. A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Table with 4 columns: Nota, Valor contábil, VJR, Custo amortizado. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Partes relacionadas, Instrumentos financeiros derivativos, Outros ativos não circulantes, Total ativos financeiros, Fornecedor e partes relacionadas, Arrendamentos, Total passivos financeiros. Includes sub-tables for Controladora - 2022, Consolidado - 2022, Controladora - 2021, Consolidado - 2021.

4.2. Política de gestão de riscos financeiros: A Sociedade e suas controladas possuem e seguem políticas de gerenciamento de risco, que orientam em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessas políticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do "hedge" das contrapartes. Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira, a Administração examina e revisa as informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de riscos. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Sociedade e suas controladas administram alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente envolvem negociações especulativas e venda a descoberto. a) Risco de mercado: i) Risco com taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Sociedade e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações das taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros, em especial das aplicações financeiras. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar as eventuais ações a serem tomadas, as quais são discutidas com o grupo econômico de sua controladora. A exposição à taxa de juros se refere às mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem ativos e passivos da Sociedade com vencimento a prazo e juros pré-fixados e/ou indexados pelas taxas CDI ou T.J.P. Análise de sensibilidade: Em 31 de dezembro de 2022 a Administração considerou como cenários prováveis para análise de sensibilidade a taxa de CDI de 13,65% a.a. para as operações de mútuos e aplicações financeiras, baseado no relatório FOCUS. A administração da Sociedade mensurou os impactos esperados nas demonstrações financeiras em cenários de alta da taxa de juros em 10% e 20%, conforme abaixo:

Table with 4 columns: Saldo a receber (pagar), Cenário Base, Alta de 10%, Alta de 20%. Rows include Operações de aplicações financeiras, Alta do CDI, Operações de mútuos, Alta do CDI, Total.

ii) Risco com taxa de câmbio: O risco associado decorre da possibilidade da Sociedade e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais faturados ou aumentem valores de suas obrigações. A Sociedade e suas controladas tem compromissos de compras, bem como parte da receita de vendas em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade e suas controladas possuíam ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir: Exposição ao dólar, euro, franco suíço e libras esterlinas

Table with 4 columns: Passivo Circulante, Fornecedor e sociedades ligadas em dólar, Fornecedor e sociedades ligadas em euro, Fornecedor e sociedades ligadas em franco suíço, Fornecedor e sociedades ligadas em libras esterlinas, Ativo Circulante, Clientes exterior e sociedades ligadas em dólar, Clientes exterior e sociedades ligadas em euro, Numerários em trânsito em dólar, Numerários em trânsito em euro, Exposição líquida em moeda estrangeira, Exposição líquida de instrumentos derivativos, Exposição total, líquida. Includes sub-tables for Controladora e Consolidado 2022 and 2021.

Análise de sensibilidade: A Sociedade identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade para a controladora e consolidado, conforme determinado pelas regras contábeis vigentes, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base, que é a posição da data-base das demonstrações financeiras.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/07/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Estes cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Sociedade, conforme descrito abaixo: • Cenário I: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação à taxa esperada pela Sociedade. • Cenário II: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação à taxa esperada pela Sociedade.

	Cenário I		Cenário II	
	Saldo 2022 (*)	Saldo 2021	Saldo 2022 (*)	Saldo 2021
Exposição cambial ativa	28.799	6.52	37.504	7.83
Exposição cambial passiva	(23.236)	6,52	(30.260)	7,83
Exposição cambial líquida	5.563		7.244	14.532

Tipo	Cenário I		Cenário II	
	Saldo 2022 (*)	Saldo 2021	Saldo 2022 (*)	Saldo 2021
Posição comprada - Euro	7.780	2.900	44.285	18.696
Posição vendida - Euro	(13.913)	(12.250)	(76.937)	(78.668)
EURO	(6.133)	(9.350)	(32.652)	(59.972)
Posição comprada - Dólar	6.041	1.750	31.576	10.121
Posição vendida - Dólar	(23.782)	(71.130)	(127.938)	(405.203)
DÓLAR	(17.741)	(69.380)	(96.362)	(395.082)

(a) Inclui os ganhos e perdas também dos contratos vigentes durante o exercício, existe em sua composição: • Uma parcela de ganhos não realizados de R\$18.499 (R\$5.811 em 2021), referente a operações de "hedge", a serem realizados em 2022. • Uma parcela de ganhos realizados de R\$62.186 (perdas de R\$5.054 em 2021) referentes à liquidação de todas as operações de "hedge" durante o exercício de 2022. (b) Dos ganhos de R\$80.685 (R\$757 em 2021) realizada no exercício de 2022, existe em sua composição: • Uma parcela de ganhos de R\$8.984 (R\$4.712 em 2021) referente a operações a termo de euro. • Uma parcela de ganhos de R\$71.701 (perdas de R\$3.955 em 2021) referente a operações a termo de dólar.

Tipo	Moeda de referência (Nacional)		Moeda de referência (Estrangeira)	
	2022	2021	2022	2021
Posição comprada - Dólar	6.041	1.750	31.576	10.121

b) Risco de crédito: A política de vendas da Sociedade e suas controladas consideram o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Sociedade e suas controladas tem como política trabalhar com instituições de primeira linha, e uma definição de limite de crédito por instituição financeira. c) Risco de liquidez: É o risco de a Sociedade e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez de caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. Em 31 de dezembro de 2022, os equivalentes de caixa mantido pela Sociedade possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

Tipo	Controladora		Consolidado	
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Acima de um ano
31 de dezembro de 2022	(648.971)	(2.597)	(84)	(240)
Fornecedores	(648.971)	(2.597)	(84)	(240)
Arrendamentos	-	-	-	24.859
Caixa e equivalentes de caixa	1.009.360	-	-	-
Contas a receber	576.528	26.750	2.144	491
Partes relacionadas	-	-	-	-
Total	1.585.888	26.750	2.144	491

Tipo	Controladora		Consolidado	
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Acima de um ano
31 de dezembro de 2022	(646.466)	(2.597)	(84)	(649.147)
Fornecedores	(646.466)	(2.597)	(84)	(649.147)
Arrendamentos	-	-	-	24.859
Caixa e equivalentes de caixa	1.012.325	-	-	-
Contas a receber	581.260	26.750	2.144	491
Partes relacionadas	-	-	-	-
Total	1.593.585	26.750	2.144	491

A remuneração média anual dos certificados de depósito bancário em 2022 e 2021 é 9,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), podendo ser resgatadas a qualquer tempo e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Tipo	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	37.914	210.125	39.093	213.965
Valores em trânsito em moeda estrangeira	9.863	13.650	9.863	13.650
Certificados de depósitos bancários (CDB)	961.583	154.162	963.369	155.794
Total	1.009.360	377.937	1.012.325	383.409

6. Contas a receber

Tipo	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Clientes nacionais	416.239	588.281	420.971	591.728
Clientes no exterior	99.880	149.572	99.880	149.572
Sociedades ligadas nacionais (nota explicativa 8)	516.119	737.853	520.851	741.300
Sociedades ligadas exterior (nota explicativa 8)	129	10	129	10
Ajuste a valor presente clientes	(5.242)	(5.313)	(5.242)	(5.313)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(56.162)	(58.562)	(56.162)	(58.562)
Total	1.009.360	1.462.543	1.012.325	1.520.413

O período médio de recebimento na venda de produtos é de 31 dias (50 dias em 2021). As movimentações na provisão para perdas de crédito esperada de contas a receber de clientes são as seguintes:

Tipo	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo anterior	(58.562)	(45.430)	(58.562)	(45.430)
Adições	(1.119)	(16.871)	(1.119)	(16.871)
Baixas	3.382	3.708	3.382	3.708
Varição cambial	137	31	137	31
Saldo final do exercício	(56.162)	(58.562)	(56.162)	(58.562)

A administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. As movimentações na provisão para desvalorização de estoques são as seguintes:

Tipo	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	519.422	761.556	524.154	765.003
Em atraso a 1 a 90 dias	26.750	25.503	26.750	25.503
Em atraso de 91 a 180 dias	517	222	517	222
Acima de 180 dias	59.223	62.173	59.223	62.173
Total	605.912	849.454	610.644	852.901

O ajuste a valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2022 correspondia a, em média, 13,65% a.a. (9,15% a.a. em 2021), ou seja, atrelados ao custo de oportunidade da Sociedade.

7. Estoques

Tipo	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Produtos acabados	321.202	309.418	324.472	310.797
Matérias-primas	269.699	344.585	269.699	344.585
Produtos em elaboração	116.334	75.262	116.334	75.262
Embalagens e outros	22.737	23.098	22.737	23.098
Provisão para desvalorização de estoque	(3.320)	(2.675)	(3.320)	(2.675)
Total	726.652	749.688	729.922	751.067

8. Transações e saldos com partes relacionadas: a) Contas a pagar e a receber com partes relacionadas

Tipo	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo anterior	(2.675)	(710)	(2.675)	(710)
Adições	(22.420)	(10.270)	(22.420)	(10.270)
Baixas	21.775	8.305	21.775	8.305
Saldo final	(3.320)	(2.675)	(3.320)	(2.675)

	Cenário I		Cenário II	
	Saldo 2022 (*)	Saldo 2021	Saldo 2022 (*)	Saldo 2021
Exposição cambial ativa	7,85	-	9,42	-
Exposição cambial passiva	(43)	(67)	(43)	(67)
Exposição cambial líquida	35,63	67	35,63	67

Tipo	Cenário I		Cenário II	
	Saldo 2022 (*)	Saldo 2021	Saldo 2022 (*)	Saldo 2021
Posição comprada - Euro	7.780	2.900	44.285	18.696
Posição vendida - Euro	(13.913)	(12.250)	(76.937)	(78.668)
EURO	(6.133)	(9.350)	(32.652)	(59.972)
Posição comprada - Dólar	6.041	1.750	31.576	10.121
Posição vendida - Dólar	(23.782)	(71.130)	(127.938)	(405.203)
DÓLAR	(17.741)	(69.380)	(96.362)	(395.082)

(*) Foi considerada as taxas na data-base de 31/12/2022, sendo R\$5,22 para US\$, R\$5,57 para EUR e 6,28 para GBP, conforme fonte do Banco Central do Brasil. Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Sociedade. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de dezembro de 2022 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos respeitará seus respectivos prazos de vencimento, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Sociedade. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. iii) Derivativos: Os instrumentos derivativos contratados pela Sociedade têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

Sociedades Ligadas

País	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2022	2021	2022	2021
Bélgica	867	-	-	-
Bélgica	3.026	1.040	-	-
Suíça	3.826	1.298	-	-
Bélgica	28.314	61.251	24.813	23.144
Itália	18	-	-	-
Taiilândia	7	2	-	-
França	1.054	2	-	-
Alemanha	55	10	-	-
Estados Unidos	493	502	-	-
Argentina	2.648	1.058	919	485
México	858	4.239	-	-
Estados Unidos	916	817	(29)	2
Rússia	-	-	-	68
Itália	37	111	(4)	-
China	27	18	-	-
Índia	40	41	303	816
Portugal	-	2	-	-
Bélgica	-	2	1	-
Taiilândia	(4)	-	-	-
França	499	-	-	-
Alemanha	18	4	-	-
Estados Unidos	-	-	(35)	2
Grã-Bretanha	-	-	-	2
Estados Unidos	89	-	-	-
Itália	-	-	-	1
Países Baixos	-	-	(2)	-
França	537	2	-	-
França	1.780	258	(7)	7
Índia	-	-	138	106
Cingapura	5.746	2.650	(7)	2
Grã-Bretanha	-	-	(2)	4

Sociedade controladora

País	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2022	2021	2022	2021
Polónia	346	50	-	-
Países Baixos	(2)	-	(13)	3
Estados Unidos	-	-	(4)	-
Grã-Bretanha	-	-	(17)	-
Brasil	-	10	-	327
China	56	617	14.056	6.818
Taiilândia	-	-	1.632	-
Coreia Do Sul	1	1	-	343
China	2.176	2	-	-
Chile	-	6	-	-
Venezuela	42	42	-	-
Colômbia	-	1	-	2
Estados Unidos	15.349	9.585	(41)	10
Guatemala	-	1	-	-
Peru	-	4	-	-
Uruguai	-	3	-	-
Equador	-	-	-	-
Turquia	-	-	160	687
Canadá	-	-	203	-
China	12	12	-	-
China	46	49	-	2.756
China	-	(1.648)	450	-
Itália	13.153	9.426	(78)	13
Total	82.030	93.319	40.135	36.049

Sociedades Ligadas

País	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2022	2021	2022	2021
Polónia	346	50	-	-
Países Baixos	(2)	-	(13)	3
Estados Unidos	-	-	(4)	-
Grã-Bretanha	-	-	(17)	-
Brasil	-	10	-	327
China	56	617	14.056	6.818
Taiilândia	-	-	1.632	-
Coreia Do Sul	1	1	-	343
China	2.176	2	-	-
Chile	-	6	-	-
Venezuela	42	42	-	-
Colômbia	-	1	-	2
Estados Unidos	15.349	9.585	(41)	10
Guatemala	-	1	-	-
Peru	-	4	-	-
Uruguai	-	3	-	-
Equador	-	-	-	-
Turquia	-	-	160	687
Canadá	-	-	203	-
China	12	12	-	-
China	46	49	-	2.756
China	-	(1.648)	450	-
Itália	13.153	9.426	(78)	13
Total	82.030	93.319	40.135	36.049

Sociedade controladora

País	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2022	2021	2022	2021
Polónia	346	50	-	-
Países Baixos	(2)	-	(13)	3
Estados Unidos	-	-	(4)	-
Grã-Bretanha	-	-	(17)	-
Brasil	-	10	-	327
China	56	617	14.056	6.818
Taiilândia	-	-	1.632	-
Coreia Do Sul	1	1	-	343
China	2.176	2	-	-
Chile	-	6	-	-
Venezuela	42	42	-	-

... continuação

Rhodia Brasil S.A.

de Tributos sobre o Lucro. Para 2021 não foi reconhecido nenhum montante, porém, em 2021 foi registrado em contrapartida nos montantes de R\$26.420 e R\$5.162, nas rubricas "Impostos de renda e contribuição social" (valor principal) e "Resultado financeiro" (correção monetária), respectivamente.

10. Outros ativos

	Controladora	Consolidado	
	2022	2021	2022
Seguros a apropriar	5.957	5.816	5.957
Adiantamento para funcionários	2.738	2.608	2.738
Precatórios	23.294	22.109	23.294
Acordo trabalhista	(606)	520	(606)
Acordo venda Fropart	1.950	1.500	1.950
Outros ativos	(24)	522	37
Ativo circulante	33.309	33.075	33.370
Ativo não circulante	10.015	10.575	10.076
Ativo não circulante	23.294	22.500	23.294

11. Investimentos - a) Informações sobre investimentos

	Participação da Sociedade - %			
	Quantidade de cotas possuídas pela Sociedade	No votante	Patri- mônio líquido (prejuízo)	Lucro líquido (prejuízo)
Participação direta				
Em 31 de dezembro de 2021:				
Alaver S.A.	50	100,00%	258	-

b) Movimentação dos investimentos

	Controladora									
	Alaver S.A. (Uruguai)	Tech- polymers Indústria e Comércio Ltda.	Cogeração de Energia Elétrica Rhodia Brotas S.A. (Brasil)	Rhodia Poliamida Brasil Ltda. (Brasil)	Rhodia Poliamida e Espec. S.A. (Brasil)	Zamin Company S.A. (Uruguai)	Solvay Peróxidos America Central (Guatemala)	Química e Soluções Sustentáveis do Brasil (Brasil)	Elim- nação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	435	-	91	(843)	-	(1.501)	(1.574)	-	(3.392)	
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	1	1	
Ajuste de equivalência patrimonial sobre o resultado	(203)	-	4	425	-	(226)	692	-	692	
Varição cambial sobre investimento no exterior	26	-	-	-	-	344	(199)	-	171	
Valor do investimento	258	-	95	(418)	-	(1.383)	(1.081)	1	(2.528)	
Passivo a descoberto (nota explicativa nº 16)	-	-	-	-	-	-	-	-	354	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	258	-	95	(418)	-	(1.383)	(1.081)	1	(2.882)	
Investimentos (a) e (b)	-	-	-	-	-	-	6.349	900	7.249	
Ajuste de aumento de capital não considerado em 2021	-	-	-	-	-	1.560	-	-	1.560	
Ajuste de equivalência patrimonial sobre o resultado	(194)	-	(11)	16	-	(179)	2.100	-	1.732	
Varição cambial sobre investimento no exterior	(21)	-	-	-	-	(13)	(206)	-	(240)	
Valor do investimento	43	-	84	(402)	-	(15)	7.163	901	7.773	
Passivo a descoberto (nota explicativa nº 16)	-	-	-	-	-	-	-	-	417	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	43	-	84	(402)	-	(15)	7.163	901	7.773	

(a) Os acionistas por meio de assembleia extraordinária de 31 de maio de 2022 deliberam sobre o aumento de capital da controlada Solvay Peróxidos America Central no valor de R\$ 6.350 por meio da capitalização de mútuos a pagar pela controlada. Essa transação não afetou o caixa da Sociedade; (b) Os acionistas por meio de assembleia extraordinária de 28 de julho de 2022 deliberam sobre o aumento de capital da controlada Química e Soluções Sustentáveis do Brasil no valor de R\$ 900 por meio de transferência bancária.

12. Imobilizado

	Controladora									
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensí- lios e equipamen- tos de escritórios	Imobilizados em curso/ adiantamentos a fornecedores	Estoque material de manutenção	Provisão para perda de valor	Outros	Imobilizado total
Em 31 de dezembro de 2020	28.371	102.409	477.986	5.742	13.584	88.368	46.483	(16.744)	-	746.199
Custo	31.671	288.004	1.865.565	13.368	102.697	88.368	46.426	(16.744)	25	2.419.380
Depreciação acumulada	(3.300)	(185.595)	(1.387.579)	(7.626)	(89.113)	-	57	-	(25)	(1.673.181)
Saldo contábil, líquido	28.371	102.409	477.986	5.742	13.584	88.368	46.483	(16.744)	-	746.199
Aquisição	-	1.188	10.407	-	4.255	145.356	6.399	(415)	-	167.190
Baixa do custo de aquisição	-	(300)	(29.039)	(1.155)	(2.577)	(519)	-	-	-	(33.590)
Ativações/transferência em classe	-	7.263	29.609	527	752	(41.599)	-	-	-	(3.975)
Baixa da depreciação acumulada	-	(77)	28.943	-	2.577	-	-	-	-	32.124
Depreciação	-	(10.527)	(93.136)	(1.711)	(6.724)	-	-	-	-	(112.098)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	28.371	100.110	424.770	3.403	11.867	191.606	52.882	(17.159)	25	795.850
Custo	31.671	296.155	1.876.542	12.213	105.127	191.606	52.825	(17.159)	25	2.549.005
Depreciação acumulada	(3.300)	(196.045)	(1.451.772)	(8.810)	(93.260)	-	57	-	(25)	(1.753.155)
Saldo contábil, líquido	28.371	100.110	424.770	3.403	11.867	191.606	52.882	(17.159)	25	795.850
Aquisição	1	4.155	21.689	1.355	59	157.502	8.292	(3.396)	-	189.657
Baixa do custo de aquisição	(2.168)	(17.219)	(98.303)	(4.009)	(876)	-	-	-	-	(122.575)
Ativações/transferência em classe	323	20.775	102.469	1.978	1.005	(128.261)	-	-	-	(1.711)
Baixa da depreciação acumulada	1.890	13.241	59.871	2.857	654	-	-	-	-	78.513
Depreciação	(656)	(20.438)	(34.739)	(1.385)	(5.019)	-	(419)	-	(163)	(62.819)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27.761	100.624	475.757	4.199	7.690	220.847	60.755	(20.555)	(163)	876.915
Custo	29.827	303.866	1.902.397	11.537	105.315	220.847	61.117	(20.555)	25	2.614.376
Depreciação acumulada	(2.066)	(203.242)	(1.426.640)	(7.338)	(97.625)	-	(362)	-	(188)	(1.737.461)
Saldo contábil, líquido	27.761	100.624	475.757	4.199	7.690	220.847	60.755	(20.555)	(163)	876.915
Taxa anual de depreciação - %		5	7 a 10	25	13					8 a 15

Os respectivos valores estão registrados na conta de direito de uso e sua amortização está ocorrendo no prazo de vigência dos contratos, os quais seguem os seguintes critérios: Para determinar o prazo de arrendamento dos contratos de arrendamento considerou-se a Lei nº 8.245 (lei do inquilinato). Se o contrato tiver cláusula que especifique a renovação automática pelo mesmo período ou outro, e existindo a vontade da Sociedade em permanecer no imóvel, o cálculo do prazo do arrendamento será a soma de ambos os prazos. Se o contrato não especificar, ou especificar que a renovação será prorrogada somente com o consentimento de ambas as partes, o prazo do arrendamento será o prazo contido no contrato.

13. Intangível

	Controladora			
	Despesas Desen- volvimento em curso	Softwares e desen- volvimento	"Goo- dwill"	Total
Saldo contábil	5.177	19.332	89.331	113.840
Aquisições	318	2.715	-	3.033
Ativações/transferência em classe	(4.670)	6.381	-	1.711
Baixa custo de aquisição	-	(7.665)	-	(7.665)
Amortização	-	(3.253)	-	(3.253)
Baixa amortização acumulada	-	7.665	-	7.665
Saldo em 31 de dezembro de 2022	825	25.175	89.331	115.331
Custo total	825	91.799	89.331	181.955
Amortização acumulada	-	(66.624)	-	(66.624)
Saldo contábil	825	25.175	89.331	115.331
Taxa anual de amortização - %	20	20	-	-

Saldo em 31 de dezembro de 2020

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Contingências tributárias	60.769	73.805
Contingências trabalhistas e previdenciárias	56.934	67.087
Depósitos judiciais	117.703	140.892
Depósitos judiciais	(19.740)	(34.893)
Depósitos judiciais	97.963	105.999

(a) A movimentação da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis no exercício de 2022 e 2021, está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Edifícios e benfei- torias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.623	1.723	129	691
Adições	-	1.856	-	53
Reajuste de extensão contratual	941	1.412	34	582
Amortização	(3.299)	(3.630)	(163)	(889)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.265	1.361	-	437
Custo total	18.437	7.100	291	2.067
Amortização acumulada	(6.172)	(5.739)	(291)	(1.630)
Saldo contábil, líquido	12.265	1.361	-	437
Adições	(863)	1.679	7.551	1.072
Reajuste de extensão contratual	(3.493)	5.451	549	805
Amortização	(1.939)	(1.939)	(1.249)	(10.573)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.909	4.599	6.161	1.065
Custo total	23.685	19.498	8.534	55.661
Amortização acumulada	(15.776)	(14.899)	(2.373)	(2.879)
Saldo contábil, líquido	7.909	4.599	6.161	1.065

Os respectivos valores estão registrados na conta de direito de uso e sua amortização está ocorrendo no prazo de vigência dos contratos, os quais seguem os seguintes critérios: Para determinar o prazo de arrendamento dos contratos de arrendamento considerou-se a Lei nº 8.245 (lei do inquilinato). Se o contrato tiver cláusula que especifique a renovação automática pelo mesmo período ou outro, e existindo a vontade da Sociedade em permanecer no imóvel, o cálculo do prazo do arrendamento será a soma de ambos os prazos. Se o contrato não especificar, ou especificar que a renovação será prorrogada somente com o consentimento de ambas as partes, o prazo do arrendamento será o prazo contido no contrato.

16. Outros passivos

	Controladora			
	2022	2021	2022	2021
Provisão despesas de reestruturação (b)	177	21.906	177	21.906
Provisão meio ambiente (a)	351.572	347.623	351.572	347.623
Passivo descoberto em controladas	417	2.882	-	-
Outros valores a pagar encargos sociais	5.480	2.057	5.480	2.057
Provisão de despesas a pagar	850	1.656	850	1.656
Provisão Draw Back	-	9.856	-	9.856
Outros passivos com partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	9.993	11.180	9.993	11.180
Outras	9.455	22.961	10.195	24.042
Circulante	377.944	420.121	378.267	418.320
Não circulante	23.071	59.971	23.020	57.814
Total	354.873	360.150	355.247	360.506
(a) Provisão para remediações ambientais: Durante o exercício de 2004, a Sociedade realizou estudos técnicos, por intermédio de seus consultores internos e externos, das suas obrigações relacionadas a remediações do meio ambiente. Nestes estudos foram identificadas necessidades de mudanças nas estimativas iniciais feitas em anos anteriores, basicamente devido aos custos e à extensão do período previsto para as remediações, sendo reavaliados os custos para as unidades químicas de Cubatão, Santo André, Paulínia, São José dos Campos e Rafard. As provisões para recuperação ambiental estão apresentadas a valor presente, utilizando-se a taxa de desconto de em 31 de dezembro de 2022 correspondia a, em média, 9,82% (8,68% em 2021). As movimentações das provisões para remediações ambientais foram:				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	418.337
(+) Provisão para remediações ambientais	-	-	-	13.443
(-) Gastos com remediações ambientais	-	-	-	(49.342)
(f) Atualização monetária de despesa meio ambiente	-	-	-	(34.815)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	347.623
(+) Provisão para remediações ambientais	-	-	-	56.623
(-) Gastos com remediações ambientais	-	-	-	(56.054)
(f) Atualização monetária de despesa meio ambiente	-	-	-	(3.380)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	351.572
(b) Provisão de despesas de reestruturação: A Sociedade possui diferentes planos de reestruturação controlados através de projetos de forma individual. Em cada projeto são refletidos todos os custos diretos atribuídos à provisão de reestruturação correspondente. Como principal projeto pode-se destacar o "Projeto WeShape" (divulgado detalhadamente das despesas na nota explicativa nº 22) que corresponde a mais de 57% do valor total de despesas no exercício. O objetivo principal do projeto visa uma maior simplificação e reorganização da estrutura dos negócios do Grupo Solvay. Esta simplificação afeta diretamente os processos e atividades de todas as unidades de negócios. As movimentações das provisões de despesas de reestruturação foram:				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	13.443
(+) Provisão para remediações ambientais	-	-	-	13.443
(-) Gastos com remediações ambientais	-	-	-	(49.342)
(f) Atualização monetária de despesa meio ambiente	-	-	-	(34.815)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	347.623
(+) Provisão para remediações ambientais	-	-	-	56.623
(-) Gastos com remediações ambientais	-	-	-	(56.054)
(f) Atualização monetária de despesa meio ambiente	-	-	-	(3.380)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	351.572

(a) Provisão para remediações ambientais: Durante o exercício de 2004, a Sociedade realizou estudos técnicos, por intermédio de seus consultores internos e externos, das suas obrigações relacionadas a remediações do meio ambiente. Nestes estudos foram identificadas necessidades de mudanças nas estimativas iniciais feitas em anos anteriores, basicamente devido aos custos e à extensão do período previsto para as remediações, sendo reavaliados os custos para as unidades químicas de Cubatão, Santo André, Paulínia, São José dos Campos e Rafard. As provisões para recuperação ambiental estão apresentadas a valor presente, utilizando-se a taxa de desconto de em 31 de dezembro de 2022 correspondia a, em média, 9,82% (8,68% em 2021). As movimentações das provisões para remediações ambientais foram:

(b) Provisão de despesas de reestruturação: A Sociedade possui diferentes planos de reestruturação controlados através de projetos de forma individual. Em cada projeto são refletidos todos os custos diretos atribuídos à provisão de reestruturação correspondente. Como principal projeto pode-se destacar o "Projeto WeShape" (divulgado detalhadamente das despesas na nota explicativa nº 22) que corresponde a mais de 57% do valor total de despesas no exercício. O objetivo principal do projeto visa uma maior simplificação e reorganização da estrutura dos negócios do Grupo Solvay. Esta simplificação afeta diretamente os processos e atividades de todas as unidades de negócios. As movimentações das provisões de despesas de reestruturação foram:

17. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis - (a) Nas datas das demonstrações financeiras, a Sociedade e suas controladas apresentavam os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:

	Controladora e Consolidado			
	2022	2021	2022	2021
Contingências tributárias	60.769	73.805	61.287	74.656
Contingências trabalhistas e previdenciárias	56.934	67.087	56.934	67.087
Depósitos judiciais	117.703	140.892	118.221	141.743
Depósitos judiciais	(19.740)	(34.893)	(20.174)	(35.327)
Depósitos judiciais	97.963	105.999	98.047	106.416

(b) A movimentação da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis no exercício de 2022 e 2021, está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Despesas Desen- volvimento em curso	Softwares e desen- volvimento	"Goo- dwill"	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.177	19.332	89.331	113.840
Aquisições	318	2.715	-	3.033
Ativações/transferência em classe	(4.670)	6.381	-	1.711
Baixa custo de aquisição	-	(7.665)	-	(7.665)
Amortização	-	(3.253)	-	(3.253)
Baixa amortização acumulada	-	7.665	-	7.665
Saldo em 31 de dezembro de 2022	825	25.175	89.331	115.331
Custo total	825	91.799	89.331	181.955
Amortização acumulada	-	(66.624)	-	(66.624)
Saldo contábil	825	25.175	89.331	115.331
Taxa anual de amortização - %	20	20	-	-

Saldo em 31 de dezembro de 2020

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Contingências tributárias	60.769	73.805
Contingências trabalhistas e previdenciárias	56.934	67.087
Depósitos judiciais	117.703	140.892
Depósitos judiciais	(19.740)	(34.893)
Depósitos judiciais	97.963	105.99

Table with multiple columns: Rhodia Brasil S.A., Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Includes sections for '18. Patrimônio líquido', '20. Receita líquida de vendas e serviços', and 'Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/07/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Cogeração de Energia Elétrica Rhodia Brotas S.A.

CNPJ/MF nº 12.244.251/0001-09

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.648	30.241	Fornecedores	9	1.116	1.055
Contas a receber	5	868	1.008	Empréstimos e financiamentos	10	10.106	10.049
Tributos a recuperar	6	3.887	1.744	Obrigações tributárias		195	129
Outros ativos		117	232	Outros passivos		239	491
Total do ativo circulante		28.520	33.225	Total do passivo circulante		11.656	11.724
Não circulante				Não circulante			
Tributos a recuperar	6	414	356	Empréstimos e financiamentos	10	30.762	40.440
Depósitos judiciais	12	43	39	Outras obrigações		111	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	14.b	7.265	16.475	Total do passivo não circulante		30.873	40.440
Imobilizado	7	74.809	79.302	Patrimônio líquido			
Intangível	8	2.465	3.035	Capital social	13	220.503	220.503
Total do ativo não circulante		84.996	99.207	Prejuízos acumulados		(149.516)	(140.235)
Total do ativo		113.516	132.432	Total do patrimônio líquido		70.987	80.268
				Total do passivo e patrimônio líquido		113.516	132.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A Cogeração de Energia Elétrica Rhodia Brotas S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações, porém não listada no IBOVESPA, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Fazenda Paraíso, km 7,5 em Brotas-SP e tem por objeto: (a) cogeração de energia elétrica utilizando biomassa; (b) o fornecimento de energia elétrica e vapor; (c) o gerenciamento de unidades industriais e cogeração de energia elétrica; (d) a prestação de serviços relacionados à geração e otimização de eficiência energética; e (e) a realização de outras atividades relacionadas ao seu objeto principal. Desde a sua constituição, em 17 de junho de 2010, a Companhia vinha apurando prejuízos operacionais. Inicialmente, esses prejuízos foram ocasionados devido ao estágio inicial da Companhia, que entrou em operação em agosto de 2012. Mais recentemente, a Companhia ainda incorreu em prejuízos e margem bruta negativa em suas operações decorrentes do maior consumo de biomassa, já a partir de 2018 teve uma melhora na operação decorrente principalmente de mudança no formato de operação, consequência de acordo de Operação e Manutenção (O&M) com a Raizen. Em 5 de abril de 2017, foi aprovado em assembleia geral o plano de recuperação judicial da Tonon Bioenergia, razão social da usina Paraíso, principal fornecedora de bagaço de cana (matéria-prima) da Companhia. A aprovação marcou um importante passo para o desenrolar do processo de recuperação judicial da Tonon que vinha se estendendo desde dezembro de 2015, quando a empresa entrou com o pedido de recuperação judicial. A Raizen Energia, “joint venture” da Cosan e da Shell, aceitou as condições impostas pelos credores da Tonon Bioenergia e fez a aquisição da operação gerada pela usina Paraíso em julho de 2017, tal aquisição foi concluída em setembro de 2017. Em março de 2018 foi concluído o acordo de Operação e Manutenção (O&M) entre a Companhia e a Raizen com vigência até março de 2032. Esse novo negócio tem contribuído para diminuir o custo operacional de manutenção, bem como, garantir a entrega da biomassa por parte da Raizen, melhorando o resultado das vendas e custos operacionais. Nessa mesma data, foi realizada a transferência dos empregados da Companhia para a Raizen e, dessa forma, esta realiza a cobrança dos custos de operação e manutenção através de repasse de despesas para a Companhia. Em agosto de 2018 foi constituído um consórcio com a parte relacionada Rhodia Poliamida Especialidades S.A. (“Rhodia Poliamida”) que tem como objetivo o compartilhamento de energia gerada pela Companhia, visando o benefício na transmissão e encargos por ser uma energia limpa por parte da Rhodia Brasil S.A. e o compartilhamento dos custos e a eliminação da necessidade de garantia física por parte da Companhia, visto o baixo histórico de produção dos anos anteriores. A emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 28 de abril de 2023.

2. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigente para 31 de dezembro de 2022. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC para PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas que são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, portanto, o real (R\$) é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. **2.4. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperadas (“PCE” ou “impairment”). A provisão para perdas de créditos esperadas é apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas estimadas na realização das contas a receber decorrentes de títulos a receber, considerando os riscos envolvidos. **2.5. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Edificações, instalações gerais e infraestrutura – 30 anos. • Beneficiários em terrenos – 20 anos. • Máquinas e equipamentos industriais – em média 14 anos. • Móveis, equipamentos de escritório e de informática – 3 – 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado. **2.6. Intangível:** A Companhia possui direitos de linha de transmissão e software como ativos intangíveis e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução aos valores recuperáveis acumulados, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes: • Direitos de linha de transmissão – 15 anos. • Softwares, pesquisa e desenvolvimento – 5 anos. **2.7. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco ou da parte relacionada, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são reconhecidos em despesas financeiras na demonstração do resultado. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.8. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor de transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva. **2.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos e os passivos, pelos valores conhecidos ou calculáveis, também acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. **2.10. Reconhecimento da receita:** As receitas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelas atividades de cogeração de energia elétrica. A receita é apresentada líquida dos impostos. A Companhia reconhece a receita quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrito a seguir: a) **Venda de energia elétrica:** A energia elétrica produzida pela Companhia é disponibilizada na rede de distribuição da Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL, distribuidora ligada fisicamente à Companhia, e liquidada financeiramente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, entidade específica para esse fim. A receita é reconhecida mediante a disponibilização da energia na rede e o conhecimento razoável do valor da receita correspondente. A Companhia recebeu a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para transmitir energia diretamente ao consumidor final em 10 de maio de 2013. b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base na lei tributária promulgada ou substancialmente promulgada, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às

situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos com base nas diferenças temporárias que surgem entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos de renda diferidos ativos derivados de prejuízos fiscais ou diferenças temporárias são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual os prejuízos fiscais ou diferenças temporárias podem ser usados.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. a) **Provisão para perdas de créditos esperadas:** A provisão para perdas de créditos esperadas é constituída com base em análise individual de cada conta a receber e é mensurada com base nas perdas de crédito esperadas, sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. b) **Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. A Companhia reconhece impostos diferidos em que a expectativa de realização tenha sido avaliada através de cálculos estimados de projeção de resultados futuros. c) **Vida útil do ativo imobilizado:** A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia à medida que impacta o valor de despesa de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada e níveis de manutenção e desenvolvimento tecnológicos. d) **Perda estimada no valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”):** A Companhia efetuou em 2016 teste de “impairment” com base no fluxo de caixa futuros utilizando como premissa a unidade geradora de caixa “Cogeração”, de acordo com as normas de contabilidade descritas na seção 27 do CPC PME. Os valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas utilizando uma taxa de desconto da Companhia. No exercício de 2016 foram identificadas perdas por “impairment”. Em 2018 e 2019 foram realizados novos testes de “impairment” e com isso foi efetuado a reversão da provisão de perda do imobilizado. Para os anos de 2021 e 2022 foi realizado o estudo e não foram identificadas necessidades de constituir novas provisões ou reversões de “impairment”.

4. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e bancos
Aplicação financeira

	2022	2021
Caixa e bancos	2.599	7.089
Aplicação financeira	21.049	23.152
	23.648	30.241

As aplicações financeiras são de liquidez imediata e referem-se a recursos aplicados em investimentos de renda fixa, efetuados para otimizar os recursos de curto prazo da Companhia. A taxa de remuneração das aplicações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 acompanha a remuneração do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em média de 90%.

5. Contas a receber
Contas a receber referente à indenização contratual (i)
Contas a receber da venda de energia
Provisão para perdas de créditos esperadas

	2022	2021
Contas a receber referente à indenização contratual (i)	26.391	26.391
Contas a receber da venda de energia	868	1.008
	27.259	27.399
Provisão para perdas de créditos esperadas	(26.391)	(26.391)
	868	1.008

(i) Trata-se de indenização contratual a ser recebida de um fornecedor em função de não fornecimento dos volumes de insumos pactuados contratualmente. A contrapartida das contas a receber e da provisão para perdas foi registrada como incremento do custo da energia vendida na demonstração do resultado de exercícios anteriores. O período médio de recebimento na venda de energia em 2022 e 2021 é de aproximadamente 6 dias. Nos exercícios de 2022 e 2021, não houve mudanças na provisão para perdas de créditos esperadas de contas a receber de clientes. Segue abaixo uma composição das contas a receber por idade de vencimento (“aging list”):

	2022	2021
A vencer	55	327
Vencidos até 90 dias	782	656
Vencidos até 360 dias	1	2
Vencidos há mais de 360 dias	26.421	26.414
	27.259	27.399

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 provisão para perdas de créditos esperadas no montante de R\$26.391, referente a valores a receber de indenizações contratuais cujo recebimento é incerto por depender da resolução de eventos futuros e por essa razão tais valores estão integralmente provisionados.

7. Imobilizado	Imobilizações em andamento	Beneficiárias em terrenos	Edificações, instalações gerais e infraestrutura	Máquinas e equipamentos industriais	Móveis, equipamentos de escritório e de informática	Peças de manutenção	Total
Em 31 de dezembro de 2020							
Custo	144	940	17.173	170.632	801	91	189.781
Depreciação acumulada	-	(467)	(5.193)	(97.610)	(758)	-	(104.028)
Saldo contábil, líquido	144	473	11.980	73.022	43	91	85.753
Adições	6.176	-	-	39	79	-	6.294
Baixas	-	-	-	(2.391)	(5)	-	(2.396)
Baixa depreciação acumulada	-	-	-	2.391	5	-	2.396
Transferências	(70)	-	-	-	70	-	-
Depreciação anual	-	(65)	(622)	(12.004)	(54)	-	(12.745)
Saldo contábil, líquido	6.250	408	11.358	61.057	138	91	79.302
Em 31 de dezembro de 2021							
Custo	6.250	940	17.173	170.671	950	91	196.075
Depreciação acumulada	-	(532)	(5.815)	(109.614)	(812)	-	(116.773)
Saldo contábil, líquido	6.250	408	11.358	61.057	138	91	79.302
Adições	320	114	-	7.215	5	-	7.654
Baixas	-	-	-	(250)	(5)	-	(255)
Baixa depreciação acumulada	-	-	-	250	5	-	255
Transferências	(6.263)	-	66	6.197	-	-	-
Depreciação anual	-	(76)	(596)	(11.422)	(53)	-	(12.147)
Saldo contábil, líquido	307	446	10.828	63.047	90	91	74.809
Em 31 de dezembro de 2022							
Custo	307	1.054	17.239	184.083	955	91	203.729
Depreciação acumulada	-	(608)	(6.411)	(121.036)	(865)	-	(128.920)
Saldo contábil, líquido	307	446	10.828	63.047	90	91	74.809

Garantias: A Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia. **Valor recuperável do ativo imobilizado (“impairment”):** O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de recuperabilidade.

8. Intangível	Pesquisa e desenvolvimento	Softwares de transmissão	Direito linhas	Total
Em 31 de dezembro de 2020				
Custo total	63	118	8.279	8.460
Amortização acumulada	(20)	(116)	(4.715)	(4.851)
Saldo contábil, líquido	43	2	3.564	3.609
Amortização	(4)	(2)	(568)	(574)
Saldo contábil, líquido	39	-	2.996	3.035
Em 31 de dezembro de 2021				
Custo total	63	118	8.279	8.460
Amortização acumulada	(24)	(118)	(5.263)	(5.425)
Saldo contábil, líquido	39	-	2.996	3.035
Amortização	(4)	(0)	(566)	(570)
Saldo contábil, líquido	35	(0)	2.430	2.465
Em 31 de dezembro de 2022				
Custo total	63	118	8.279	8.460
Amortização acumulada	(28)	(118)	(5.849)	(5.995)
Saldo contábil, líquido	35	(0)	2.430	2.465
Taxa anual de amortização – em anos	5	5	15	5

9. Fornecedores
Fornecedores de matéria prima e de energia
Ajuste a valor presente

	2022	2021
Fornecedores de matéria prima e de energia	1.121	1.060
Ajuste a valor presente	(5)	(5)
	1.116	1.055

O giro médio das contas a pagar a fornecedores é até 39 dias em 2022 (34 dias em 2021).

Demonstração do Resultado – Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota	2022	2021
Receita líquida de vendas	15	20.807	34.432
Custo da energia vendida	16.a	(23.659)	(26.407)
Lucro (prejuízo) bruto		(2.852)	8.025
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16.b	(658)	(376)
Outras receitas operacionais, líquidas	16.c	5.353	284
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.843	7.933
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	17	2.815	1.033
Despesas financeiras	17	(4.729)	(4.311)
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL		(71)	4.655
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social correntes	14.a	-	(889)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.a	(9.210)	(6.777)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(9.281)	3.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(9.281)	3.089
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente total do exercício	(9.281)	3.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	220.503	(143.324)	77.179
Lucro líquido do exercício	-	3.089	3.089
Saldos em 31 de dezembro de 2021	220.503	(140.235)	80.268
Prejuízo do exercício		(9.281)	(9.281)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	220.503	(149.516)	70.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(9.281)	3.089
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	7 e 8	12.717	13.319
Juros sobre empréstimos	10	3.629	3.368
Resultado do IRPJ e contribuição social corrente e diferido	14.a	9.210	1.566

... continuação

Cogeração de Energia Elétrica Rhodia Brotas S.A.

contratada pela parte relacionada Rhodia Poliamida e Especialidades S.A., incorporada na data de 30 de abril de 2020 pela Rhodia Brasil S.A. Os encargos incorridos por estas partes relacionadas em decorrência da fiança são cobrados da Companhia e registrados na linha de despesas financeiras da demonstração do resultado. As parcelas dos empréstimos e financiamentos registradas no passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2022, têm os seguintes vencimentos:

2024	9.977
2025	9.977
2026	831
2027	30.762

11. Transações com partes relacionadas – a) **Empréstimos com partes relacionadas:** A Companhia não possui saldos em aberto com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022, mesma posição a 31 de dezembro de 2021. b) **Fornecedores:** A movimentação dos fornecedores com partes relacionadas, as quais são estabelecidas em condições definidas entre as partes, durante o exercício é demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	80
Compras no exercício	(80)
Pagamentos ao fornecedor	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	–

c) **Consortório com partes relacionadas:** Durante o exercício de 2022 houve a transferência de energia de 39.030 MWh para a parte relacionada Rhodia Brasil S.A., cuja os custos foram reembolsados pelo valor de R\$5.791. Em 2021, estes valores foram respectivamente de R\$5.642 MWh e de R\$ 6.212. d) **Remuneração com a Administração:** A Companhia não possui gastos com a Administração, os quais são pagos pela parte relacionada Rhodia Brasil S.A.

12. Depósitos judiciais e provisão para risco trabalhista

2022	2021
(467)	(471)
510	510
43	39

Depósitos judiciais (Ativo)

A Companhia não possui nenhum processo trabalhista, cível, tributário ou de qualquer outra natureza classificado como perda possível para 2022 e 2021.

13. Capital social – O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é de R\$220.503, dividido em 16.473.486.032 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os seguintes acionistas:

	31/12/2022	
	Quantidade de ações	Participação %
Solvay Energy Services SAS	16.454.154.200	99,88%
Rhodia Brasil S.A.	19.331.832	0,12%
	16.473.486.032	100,00%

O capital social da Companhia está devidamente registrado no Banco Central do Brasil – BACEN.

14. Imposto de renda e contribuição social – Imposto de renda e contribuição social:

a) **Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social, taxas nominais e efetivas**

2022	2021
(71)	4.655
34%	34%
24	(1.583)

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Aliquota combinada do IRPJ e da CSLL – %

Imposto de renda e contribuição social, nominais

Conciliação:

Diferenças permanentes entre o lucro contábil e o lucro tributável

Diferença temporária LALUR (Sem impacto corrente – Prejuízo)

Impostos diferidos não constituídos por falta de expectativa de realização

Imposto de renda e contribuição social, efetivos:

Corrente	(889)
Diferido	(9.210)
	(9.210)

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta em seus livros fiscais o montante de R\$152.736 (R\$152.074 em 2021) de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, e R\$20.706 (R\$19.304 em 2021) de diferenças temporárias passivas e ativas líquidas. Destes montantes, os correspondentes impostos diferidos nos valores de R\$51.705 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 41.793 em 2021) não foram registrados contabilmente por não ser possível afirmar que sua realização é, presentemente, considerada provável. b) **Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:**

2022	2021
51.930	51.705

Ativo de imposto diferido:

Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL

Diferenças temporárias:

Provisão para perdas de créditos esperadas

Provisões de litígio

Provisões de despesas

Provisão fornecedor exploração

Outros

Ativo de imposto diferido

Passivo de imposto diferido:

Diferenças temporárias:

Diferenças nas taxas de depreciação

(2.307) (2.763)

15. Receitas de vendas – A composição das receitas é a seguinte:

2022	2021
22.147	36.324
5.397	5.010
(6.737)	(6.902)
20.807	34.432

Composição da receita por categoria

Receita de vendas de energia elétrica

Receita de vendas de vapor

Impostos sobre as receitas de vendas (PIS, COFINS e ICMS)

16. Informações sobre a natureza dos gastos reconhecidos na demonstração do resultado – A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos gastos com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

a) **Custo da energia vendida**

2022	2021
(12.717)	(13.319)
(1.688)	(878)
(2.154)	(5.311)
(2.259)	(6.682)
(601)	(1.223)
(332)	1.173
(3.908)	(167)
(23.659)	(26.407)

Depreciação e amortização

Compra de energia

Compra de matérias-primas

Serviços contratados

Custos com manutenção

Reversão (provisão) venda de energia elétrica

Outros custos

b) **Despesas gerais e administrativas**

2022	2021
(117)	(164)
(541)	(212)
(658)	(376)
2022	2021
4.961	770
392	(486)
5.353	284

Serviços de consultoria e assessoria

Despesas com impostos

Outros

c) **Outras receitas (despesas) operacionais**

2022	2021
4.961	770
392	(486)
5.353	284

Recebimento de outros créditos (i)

Demais provisões

Outras despesas operacionais

(i) Em 2022, a Companhia recebeu da Raizen uma indenização de R\$4.961, descontados dos impostos PIS e COFINS, decorrente da penalidade negociada com base na cláusula 3.12 do Contrato de Parceria, quitando a quantidade de energia elétrica equivalente entregue na safra 2021/2022, para 2021 o valor da multa correspondeu a um valor de R\$770.

17. Resultado financeiro

2022	2021
(3.629)	(3.368)
(4)	–
(232)	(174)
(864)	(769)
(4.729)	(4.311)

Despesas financeiras

Juros sobre empréstimos

Imposto sobre operações financeiras (IOF)

Ajuste valor presente compras

Outras despesas financeiras

Despesas financeiras

Receitas financeiras

Rendimento sobre aplicações financeiras

Ajuste valor presente vendas

Outras receitas financeiras

Receitas financeiras

2.409 866

202 164

204 3

2.815 1.033

18. Instrumentos financeiros – A Companhia adotou os critérios definidos pela seção 12 do CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. a) **Valor de mercado dos instrumentos financeiros, por categoria:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui instrumentos financeiros básicos os quais são avaliados pelo método do custo amortizado. Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos. O método da taxa efetiva de juros é um método para calcular o custo amortizado de ativo ou passivo financeiro (ou grupo de ativos e passivos financeiros), e de alocar os rendimentos de juros ou despesas com juros durante o período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros de caixa estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, ao valor contábil do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é determinada com base no valor contábil do ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial. Ativos e passivos financeiros que não possuem taxa de juros declarada, e que são classificados como ativos e passivos circulantes, são

avaliados, inicialmente, com base no valor não descontado. b) **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas. c) **Bens mantidos como garantia e outras garantias de crédito:** Com relação à garantia conferida em função do financiamento junto ao BNDES vide nota explicativa nº 10. d) **Gestão do risco de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Tabelas do risco de liquidez: As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Menos de um mês		De um a três meses		De três a cinco anos		Mais de cinco anos		Total
2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
31 de dezembro de 2021								
Fornecedores	849	206	–	–	–	–	–	1.055
Empréstimos e financiamentos	1.104	2.208	9.938	35.448	11.185	59.883	11.185	59.883
Caixa e equivalentes de caixa	1.953	2.414	9.938	35.448	11.185	60.938	–	30.241
Contas a receber	30.241	–	–	–	–	–	–	–
	681	327	–	–	–	–	–	1.008
	30.922	327	–	–	–	–	–	31.249
31 de dezembro de 2022								
Fornecedores	1.001	96	19	–	–	–	–	1.116
Empréstimos e financiamentos	1.086	2.172	9.772	34.119	831	47.980	831	47.980
Caixa e equivalentes de caixa	2.087	2.268	9.791	34.119	831	49.096	–	23.648
Contas a receber	23.648	–	–	–	–	–	–	–
	836	3	-2	31	–	–	–	868
	24.484	3	-2	31	–	–	–	24.516

A Companhia tem acesso a linhas de financiamento cujo valor total não utilizado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é de R\$5.000. A Companhia espera atender às suas outras obrigações a partir dos fluxos de caixa operacionais e dos resultados dos ativos financeiros a vencer. e) **Risco da taxa de juros:** A exposição à taxa de juros se refere às mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem ativos e passivos da Companhia com vencimento a prazo e juros pré-fixados e/ou indexados pelas taxas CDI ou TJLP. **Análise de sensibilidade:** As despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetadas pelas variações nas taxas de juros tais como TJLP. Em 31 de dezembro de 2022 a Administração considerou como cenário esperado para análise de sensibilidade a taxa da TJLP de 7,2% a.a., baseado no relatório FOCUS, e a taxa média de CDI de 13,65% a.a., baseada na fonte B3. A Administração da Companhia mensurou os impactos esperados nas demonstrações financeiras em cenários de alta da taxa de juros em 10% e 20%, conforme abaixo:

Cenário		Alta de 10%		Alta de 20%	
Saldo em 31/12/2021	Esperado	R\$	%	R\$	%
Operações de investimentos:	23.153	9,15	2.118	10,07	2.331
Alta do CDI	–	–	–	–	–
Operações de empréstimos:	(50.489)	5,32	(2.686)	5,85	(2.954)
Alta da TJLP	(27.337)	(568)	(623)	(679)	–
	(77.336)	(577)	(646)	(703)	–
	(54.183)	(568)	(623)	(679)	–

Operações de investimentos:

Alta do CDI

Operações de empréstimos:

Alta da TJLP

21.049 13,65 2.873 15,02 3.160 16,38 3.448

(40.868) 7,2 (2.942) 7,92 (3.236) 8,64 (3.530)

Operações de investimentos:

Alta do CDI

Operações de empréstimos:

Alta da TJLP

(19.819) (69) (76) (82)

19. Seguros – O Grupo Solvay, do qual a Companhia é uma subsidiária, mantém apólices de seguros que englobam as operações da Companhia. Estas apólices de seguros compreendem determinados bens do ativo imobilizado da Companhia, bem como para responsabilidade civil e ambiental.

Riscos cobertos		Importância Segurada	
Imobilizado/estoque/lucros cessantes (Paulina/Santo André/Brotas)	Riscos operacionais	3.154	425
Danos a terceiros	Responsabilidade civil	26	612
Danos ambientais	Riscos ambientais	53	224

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.

A Diretoria

Leandro Augusto Davanço – Contador CRC 1SP 174.421/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Cogeração de Energia Elétrica Rhodia Brotas S.A. | Brotas-SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Cogeração de Energia Elétrica Rhodia Brotas S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Provisão para redução de imposto diferido: A Companhia possui saldo de imposto de renda diferido líquido de provisão de perda de valor recuperável em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 9.572 mil (R\$ 19.238 mil em 31 de dezembro de 2021) registrados no balanço patrimonial conforme descrito na nota explicativa 14.b. As projeções de resultado futuro preparadas pela administração não suportam a dedutibilidade do imposto de renda registrado no balanço patrimonial. Desta forma, teria sido necessário o registro de uma provisão para perdas no valor de R\$ 7.265 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 16.475 mil em 31 de dezembro de 2021) sobre o imposto de renda diferido ativo, consequentemente, o lucro líquido do período e o patrimônio líquido teriam sido reduzidos neste mesmo montante. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa

opinião com ressalva. **Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 03 de junho de 2022 com opinião com modificação a respeito da limitação à obtenção de evidências adequadas e suficientes à auditoria do ativo imobilizado e do imposto diferido ativo sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações

financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SC 025.678/O

Ana Andréa Iten de Alcantara
Contadora
CRC-SP 015.199/O

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/07/2023



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Bakama Participações S.A.			
CNPJ nº 18.345.137/0001-43			
Balanco patrimonial de 01/01/2022 a 31/12/2022		Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2022 a 31/12/2022	
	Saldo atual		Movimento
Ativo	15.217,47	Passivo	15.217,47
Ativo circulante	698,72	Passivo circulante	19.233,01
Disponibilidades	698,72	Empréstimos e financiamentos	19.233,01
Caixa	231,93	Patrimônio líquido	(4.015,54)
Bancos conta movimento	466,79	Capital social	3.835.800,00
Ativo não circulante	14.518,75	Prejuízos acumulados	(3.838.611,05)
Ativo realizável a longo prazo	14.518,75	Resultado do exercício	(1.204,49)
Investimentos	14.518,75	Apuração do resultado	(1.204,49)
Investim. em coligadas e controladas	3.825.837,38		
(-) Coligadas e controladas	(3.825.837,38)		
Diretoria:		Ana Maria Martins Gomes - Diretora Nilton Pires Nunes - Contabilista - CRC nº 1SP221950/O-2	

MKBA Investimentos e Participações S.A.			
CNPJ nº 07.866.334/0001-91			
Balanco patrimonial de 01/01/2022 a 31/12/2022		Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2022 a 31/12/2022	
	Saldo atual		Movimento
Ativo	1.306.558,50	Passivo	1.306.558,50
Ativo circulante	485.388,09	Passivo circulante	6.878,83
Disponibilidades	38.850,95	Empréstimos e financiamentos	1.068,00
Caixa	12.300,00	Transferência a terceiros	1.068,00
Bancos conta movimento	5.301,90	Obrigações tributárias	5.810,83
Aplicações financeiras poupança	21.249,05	Impostos e contribuições s/receitas	5.810,83
Direitos realizáveis a curto prazo	436.584,31	Passivo não circulante	15.000,00
Tributos a compensar	2.772,75	Empréstimos e financiamentos	15.000,00
Adiantamentos	319.581,08	Adiantamento de cliente a longo prazo	15.000,00
Transferências a terceiros	114.230,48	Patrimônio líquido	1.284.679,67
Despesas do exercício seguinte	9.952,83	Capital	1.205.000,00
Seguros a apropriar	9.952,83	Capital social	1.205.000,00
Ativo não circulante	821.170,41	Prejuízos acumulados	(94.583,91)
Imobilizado	821.170,41	Resultado do exercício	174.263,58
Bens e direitos em uso	172.384,28	Apuração do resultado	174.263,58
Bens imoveis	1.120.422,68		
(-) Depreciação acumulada	(471.636,55)		
Diretoria:		Ana Maria Martins Gomes - Diretora Marco Antonio Ferreira Gomes - Diretor Nilton Pires Nunes - Contabilista - CRC nº 1SP221950/O-2	

Mambk Administração e Participação S.A.			
CNPJ nº 18.345.112/0001-40			
Balanco patrimonial de 01/01/2022 a 31/12/2022		Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2022 a 31/12/2022	
	Saldo atual		Movimento
Ativo	2.943.806,70	Passivo	2.943.806,70
Ativo circulante	1.076.223,16	Passivo circulante	72.661,99
Disponibilidades	5.284,74	Empréstimos e financiamentos	67.650,00
Caixa	4.800,22	Empréstimos de pessoas ligadas	1.000,00
Bancos conta movimento	484,52	Transferência a terceiros	66.650,00
Direitos realizáveis a curto prazo	1.066.955,65	Obrigações tributárias	5.011,99
Empréstimos a receber	31.388,90	Impostos e contribuições s/receitas	5.011,99
Estoques	1.020.566,75	Passivo não circulante	14.518,75
Transferências a terceiros	15.000,00	AFAC	14.518,75
Despesas do exercício seguinte	3.982,77	Patrimônio líquido	2.856.625,96
Seguros a apropriar	3.982,77	Capital social	3.826.220,00
Ativo não circulante	1.867.583,54	Prejuízos acumulados	(976.603,25)
Imobilizado	1.867.583,54	Resultado do exercício	7.009,21
Bens e direitos em uso	702.500,00	Apuração do resultado	7.009,21
Bens imoveis	1.840.000,00		
(-) Depreciação acumulada	(674.916,46)		
Diretoria:		Ana Maria Martins Gomes - Diretora Nilton Pires Nunes - Contabilista - CRC nº 1SP221950/O-2	

Bioactive Biomateriais S.A.
CNPJ/ME nº 09.474.192/0001-42 - NIRE 35.300.471.385

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

1. Data, horário e formato da Assembleia: Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada sob a forma digital nos termos da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, em primeira convocação, no dia 21 de julho de 2023, às 10:00 horas. **2. Local - endereço eletrônico da Assembleia:** A reunião será instalada no endereço eletrônico a seguir, onde os acionistas poderão participar, discutir e proferir seus votos (caso não tenham enviado boletim de voto à distância com antecedência): <http://bit.ly/3pDr0b5>. **3. Documentos para computo da Presença dos Acionistas:** Para que os acionistas sejam considerados presentes à assembleia deverão enviar, com a devida antecedência, o seguinte documento por e-mail ao endereço eletrônico ri@bioactive.com.br ou em via física para o endereço da sede da Companhia, aos cuidados do Sr. Pedro Mansur Fidelix: procuração outorgada nos termos do art. 126, § 1º da Lei nº 6.404/76, caso o acionista pretenda ser representado por procurador na assembleia. Tal documento deve ser recebido no prazo máximo de 30 minutos antes do início da assembleia, sob pena do acionista não ser considerado presente ao conclave, ressalvadas as exceções constantes do art. 5º da Instrução Normativa DREI nº 79. **4. Compu do voto dos Acionistas:** A votação a distância dos acionistas pode ocorrer mediante o envio de boletim de voto a distância e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico, no momento da assembleia. O boletim de voto a distância será enviado aos acionistas na data da primeira publicação desta convocação, por e-mail ou por correio, no endereço eletrônico ou físico de cada acionista constante dos arquivos da Companhia. O boletim de voto a distância deve ser devolvido à companhia no mínimo 5 (cinco) dias antes da data da realização do conclave por e-mail ao endereço eletrônico ri@bioactive.com.br, ou em via física para o endereço da sede da Companhia, aos cuidados do Sr. Pedro Mansur Fidelix. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) Em Assembleia Geral Ordinária: (i) aprovação das contas dos administradores, o relatório da administração da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, na forma do Artigo 7º, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia; (2) Em Assembleia Geral Extraordinária: (iii) Aprovar o aumento do limite do programa de compensação estratégica de executivos e prestadores de serviços em ações, bônus de subscrição, opção de compra, entre outros, atualmente de 80.000 (oitenta mil) de ações para 150.000 (cento e cinquenta mil) de ações, sendo certo que a gestão do programa permanecera de competência do Conselho de Administração nos termos do artigo 70, parágrafo 20, item "xiv", do Estatuto Social da Companhia. **6. Publicação:** Ficam os Senhores informados que este Edital de Convocação será publicado em jornal no dia 11 de julho de 2023, sem prejuízo de seu envio por e-mail a todos os acionistas contrarrecibo. **Pedro Mansur Fidelix** - Presidente do Conselho de Administração. (11, 12 e 13/07/23)

Piratininga Locação de Imóveis Próprios S.A.
CNPJ/ME nº 60.872.470/0001-77 - NIRE 35.300.044.533

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no dia 18 de julho de 2023, às 10:00 horas, na sede social à Rua da Moóca, 1.415 - São Paulo (SP), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) eleição dos membros da Diretoria; (b) fixação da remuneração dos administradores. São Paulo, 05 de julho de 2023. **Flávio Peres Rodrigues** - Diretor Presidente. (07, 10 e 11/07/2023)

Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.
CNPJ/ME nº 67.203.208/0001-89 - NIRE 35.300.194.411

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de junho de 2023

Data, Hora e Local: Aos 28 dias do mês de junho de 2023, às 10:00 horas, de modo integralmente digital, com o auxílio de plataforma eletrônica de comunicação que permitiu a participação e votação à distância, reputando-se, nos termos do Anexo V, Capítulo II, Seção VIII, item 1 da Instrução Normativa nº 81/2020, expedida pelo DREI ("IN 81/2020"), como se realizada na sede social da **Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("Companhia")**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4055, 4º andar, Sala 105-C, Itaim Bibi, CEP 04538-133. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404"), tendo em vista a presença da **Mover Participações S.A.**, sociedade por ações com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, 30º andar, Torre Norte, Vila Nova Conceição, São Paulo, Capital, CEP: 04543-907, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.098.905/0001-09, com seu Estatuto Social registrado na JUCESP sob NIRE 35.300.145.089 ("MOVER"), única acionista da Companhia. **Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Leonardo de Mattos Galvão, que convidou a mim, Alessandro Prado de Aquino, para secretariar os trabalhos, de acordo com o previsto no Estatuto Social. **Ordem do dia:** Foi aprovada, pela única acionista da Companhia, a redução do capital social no valor de **R\$ 25.000.000,00**, passando dos atuais R\$ 371.196.674,91 para **R\$ 346.196.674,91**, por ser excessivo aos objetivos sociais da Companhia, nos termos do Art. 173 da Lei nº 6.404, sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mediante a restituição do respectivo valor reduzido à única acionista, em moeda corrente nacional. Consequentemente, fica alterado o *caput* do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, após o efetivo registro da presente ata na Junta Comercial do Estado de São Paulo, observado o disposto no artigo 174 da Lei nº 6.404, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 4º** - O capital social é de **R\$ 346.196.674,91** dividido em **132.222.514** ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal." **Encerramento:** O Sr. Presidente ofereceu a palavra à acionista e, não tendo havido qualquer manifestação, foi suspensa a sessão para a lavratura da presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pela acionista presente, pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Secretário. **Assinaturas:** Mesa: Leonardo de Mattos Galvão - Presidente; Alessandro Prado de Aquino - Secretário. **Única Acionista:** (A.A.) Mover Participações S.A. São Paulo/SP, 28/06/2023. **Certificamos** que a presente é cópia fiel de ata lavrada no livro próprio. **Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil Leonardo de Mattos Galvão** - Presidente da Mesa. **Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil Alessandro Prado de Aquino** - Secretário da Mesa. **Única Acionista: Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil Mover Participações S.A.** Roberto Navarro Evangelista e Leonardo de Mattos Galvão.

Quebrando o Tabu Mídia Digital S.A.
CNPJ/MF nº 28.927.099/0001-90 - NIRE 35.300.509.820

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

O Diretor Presidente da **Quebrando o Tabu Mídia Digital S.A. ("Companhia")**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.927.099/0001-90, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca todos os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 19 de julho de 2023, na sede da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Alameda Franca, 1423, sala 2, Jardim Paulista, CEP 01.422.005, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Destituição da Diretoria sem Designação Específica, Sra. **Fernanda Fraga dos Santos Flandoli**. São Paulo, 11 de julho de 2023. **Atenciosamente, Quebrando o Tabu Mídia Digital S.A.** p. Carlos Eduardo Naufal Ciampolini - Diretor Presidente. (11, 12 e 13/07/2023)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/07/2023



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Esferatur Passagens e Turismo S.A.

CNPJ nº 76.530.260/0001-30 - NIRE 35.300.463.889
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02 de Junho de 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 02 de junho de 2023, às 19h30, na sede social da Esferatur Passagens e Turismo S.A. ("Companhia"), localizada no Município de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, Sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401.

2. Convocação e Presença: Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em decorrência de estar presente a única acionista da Companhia, detentora da totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

3. Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sra. Eliane Silveira Lapa, e secretariados pela Sra. Jéssica Soliguetti Vicente.

4. Ordem do Dia: Discutir e deliberar sobre a eleição de novo Diretor-Presidente da Companhia.

5. Deliberações: Após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a única acionista da Companhia, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberou o quanto segue:

5.1. Aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a eleição do Sr. Fabio Martinelli Godinho, brasileiro, divorciado, administrador, portador do documento de identidade RG nº 25.436.270-9, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 252.303.238-41, com endereço comercial no Município de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, Sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401, para o cargo de Diretor-Presidente da Companhia, com efeitos a partir de 03 de junho de 2023 e mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Consigna-se que o Diretor ora eleito tomará posse do cargo dentro do prazo legal, mediante a assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio, quando declarará, expressamente e para todos os fins e efeitos legais, que (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; (ii) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, e nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do artigo 147 da Lei das S.A.; (iii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; e (iv) concorda, total e irrestritamente, com todos os termos e condições estabelecidos no Regulamento de Arbitragem do CAM-CCBC, e na Cláusula Compromissória constante do Estatuto Social da Companhia.

5.2. Em razão da eleição acima, o acionista consigna que a Diretoria Executiva da Companhia passa a ser composta pelos seguintes indivíduos: (i) Diretor-Presidente - Fabio Martinelli Godinho, brasileiro, divorciado, administrador, portador do documento de identidade RG nº 25.436.270-9, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 252.303.238-41, com endereço comercial no Município de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, Sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401; (ii) Diretor Financeiro - José Carlos Wollenweber Filho, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.469.620-2, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 263.420.548-19, com endereço comercial no Município de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, Sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401; e (iii) Diretora Sem Designação Específica - Eliane Silveira Lapa, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 22.883.050-3 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 270.527.248-80, com endereço comercial no Município de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, Sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401.

5.3. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme consta do Anexo I à presente ata.

5.4. Registrar que a ata que se refere a presente Assembleia Geral será lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o §1º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações.

6. Encerramento: Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a Assembleia encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o art. 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Santo André/SP, 02 de junho de 2023. *Confere com o original lavrado em livro próprio.*

Mesa: Eliane Silveira Lapa - Presidente, Jéssica Soliguetti Vicente - Secretária. Acionista Presente: CVC Brasil Operadora e Agências de Viagens S.A. JUCESP nº 270.420/23-0 em 06/07/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Trend Viagens Operadora de Turismo S.A.

CNPJ nº 19.916.590/0001-25 - NIRE 35.300.508.491
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02 de Junho de 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 02 de junho de 2023, às 19h, na sede social da Trend Viagens Operadora de Turismo S.A. ("Companhia"), localizada no Município de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 8º andar, Sala 84, Bairro Jardim, CEP 09090-401.

2. Convocação e Presença: Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em decorrência de estar presente a única acionista da Companhia, detentora da totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

3. Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sra. Eliane Lapa, e secretariados pela Sra. Jéssica Soliguetti Vicente.

4. Ordem do dia: Discutir e deliberar sobre a eleição de novo Diretor-Presidente da Companhia.

5. Deliberações: Após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a única acionista da Companhia, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberou o quanto segue:

5.1. Aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a eleição do Sr. Fabio Martinelli Godinho, brasileiro, divorciado, administrador, portador do documento de identidade RG nº 25.436.270-9, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 252.303.238-41, com endereço comercial no Município de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 8º andar, Sala 84, Bairro Jardim, CEP 09090-401, para o cargo de Diretor-Presidente da Companhia, com efeitos a partir de 03 de junho de 2023 e mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Consigna-se que o Diretor ora eleito tomará posse do cargo dentro do prazo legal, mediante a assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio, quando declarará, expressamente e para todos os fins e efeitos legais, que (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; (ii) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, e nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do artigo 147 da Lei das S.A.; (iii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; e (iv) concorda, total e irrestritamente, com todos os termos e condições estabelecidos no Regulamento de Arbitragem do CAM-CCBC, e na Cláusula Compromissória constante do Estatuto Social da Companhia.

5.2. Em razão da eleição acima, o acionista consigna que a Diretoria Executiva da Companhia passa a ser composta pelos seguintes indivíduos: (i) Diretor-Presidente - Fabio Martinelli Godinho, brasileiro, divorciado, administrador, portador do documento de identidade RG nº 25.436.270-9, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 252.303.238-41, com endereço comercial no Município de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 8º andar, Sala 84, Bairro Jardim, CEP 09090-401; (ii) Diretor Financeiro - José Carlos Wollenweber Filho, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.469.620-2, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 263.420.548-19, com endereço comercial no Município de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 8º andar, Sala 84, Bairro Jardim, CEP 09090-401; e (iii) Diretora Sem Designação Específica - Eliane Silveira Lapa, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 22.883.050-3 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 270.527.248-80, com endereço comercial no Município de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 8º andar, Sala 84, Bairro Jardim, CEP 09090-401.

5.3. Aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme consta do Anexo I à presente ata.

5.4. Registrar que a ata que se refere a presente Assembleia Geral será lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o §1º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações.

6. Encerramento: Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a Assembleia encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o art. 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Santo André/SP, 02 de junho de 2023. *Confere com o original lavrado em livro próprio.*

Mesa: Eliane Silveira Lapa - Presidente, Jéssica Soliguetti Vicente - Secretária. Acionista Presente: CVC Brasil Operadora e Agências de Viagens S.A. JUCESP nº 271.372/23-0 em 06/07/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/07/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

